



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.21>

Recebido em: **04/09/2020**

Aprovado em: **04/09/2020**

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORROSE; CHALLENGES OF REMOTE
EDUCATION FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE MUNICIPALITY OF OUR
NOSSA SENHORA DO SOCORROSE; RETOS DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA
PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA
DO SOCORROSE

DÉBORA DO REIS SILVA BACKES

PEROLINA SOUZA TELES

<https://orcid.org/0000-0001-7334-6553>

JACQUELINE MONTALVÃO ETINGER DE ARAUJO

Resumo

Com as modificações implementadas em caráter de urgência, por conta da crise sanitária, instalada pela pandemia de COVID-19, o sistema educacional buscou instituir adaptações, numa tentativa de diminuir os prejuízos advindos de tal situação, encontrando na modalidade de ensino remoto uma alternativa para a continuidade das atividades escolares. Diante disso, a presente pesquisa buscou conhecer a realidade das famílias de pessoas com deficiência, matriculadas na rede de ensino do município de Nossa Senhora do Socorro, localizado na região da Grande Aracaju, estado de Sergipe. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários, através de formulário do *Google*, com o objetivo de refletir sobre as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, no atual contexto.

Palavras-chave: COVID-19, Ensino remoto, Deficiência, Nossa Senhora do Socorro/SE; COVID-19.

Abstract

With the changes implemented on an urgent basis, due to the health crisis, installed by the pandemic of COVID-19, the educational system sought to institute adaptations, in an attempt to reduce the losses arising from such situation, finding in the remote teaching modality an alternative for the continuity of school activities. Therefore, this research sought to know the reality of families of people with disabilities, enrolled in the education network of the municipality of Nossa Senhora do Socorro, located in the region of Grande Aracaju, state of Sergipe. We used as a methodology the bibliographic research and application of questionnaires, through Google form, with the objective of reflecting on the difficulties faced in the teaching and learning process of these students, in the current context.

Keywords: Remote teaching, Deficiency, Nossa Senhora do Socorro / SE; COVID-19.

Resumen

Con los cambios implementados con carácter de urgencia, debido a la crisis de salud, instalada por la pandemia de COVID-19, el sistema educativo buscó instituir adaptaciones, en un intento por reducir las pérdidas derivadas de tal situación, encontrando en la modalidad de enseñanza a distancia una alternativa para la continuidad de las actividades escolares. Por ello, esta investigación buscó conocer la realidad de las familias de personas con discapacidad, inscritas en la red educativa del municipio de Nossa Senhora do Socorro, ubicado en la región de Grande Aracaju, estado de Sergipe. Utilizamos como metodología la investigación bibliográfica y aplicación de cuestionarios, a través de un formulario de Google, con el objetivo de reflexionar sobre las dificultades enfrentadas en el proceso de enseñanza y aprendizaje de estos estudiantes, en el contexto actual.

Palabras-clave: Enseñanza remota, Deficiencia, Nossa Senhora do Socorro / SE..

No ano de 2020, a exemplo do que já vinha acontecendo em outros países, o Brasil começou a identificar os primeiros casos de Covid-19. Em questão de dias, as rotinas e os hábitos cotidianos - como trabalhar, estudar, passear - ficaram em suspenso. Foi necessário rever nosso comportamento diante da vida e construir o chamado “novo normal”, que inclui novas formas de convivência, interação, reconfiguração do trabalho e da escola. Desde o início do isolamento social o Brasil procura se ajustar às mudanças e o âmbito educacional passou por drásticas modificações, já que se manifestava principalmente em um espaço de intensa interação física e social, que é o espaço escolar.

Em Sergipe, as instituições escolares, assim como diversos espaços que podem apresentar aglomeração, tiveram seu funcionamento suspenso através do Decreto governamental Nº 40.560, de 16 de março de 2020. Este determina, em seu Artigo 2º, a suspensão de diversas atividades, entre elas “IV - atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada, pelos próximos 15 dias” (DECRETO Nº 40.560, p. 02, 2020). Com o passar dos meses este trecho do decreto foi se renovando, e até a presente data não temos perspectiva de retorno aos trabalhos presenciais nas instituições de ensino.

Em um curto espaço de tempo, família, alunos e profissionais de educação tiveram que se adaptar às novas possibilidades de ensino e aprendizagem. Todos os processos de adequação às novas tecnologias de educação e comunicação pelos quais a escola vinha passando paulatinamente, foram rapidamente antecipados. A formação, para construção de práticas pedagógicas de ensino remoto, começou acontecer ao passo que a escolaurgia por novas estratégias metodológicas de ensino não-presencial.

Nesse ínterim cada rede de ensino vem se organizando, desde março, para cumprir com a tarefa de promover, não apenas o ensino e a aprendizagem dos alunos, como também manter o vínculo social, cultural e emocional que circundam as instituições escolares. Como o momento é sem precedentes, professores e alunos estão aprendendo a fazer fazendo e cada dia superando desafios para a promoção da educação neste momento singular.

No bojo desses desafios, sem dúvida está a tarefa de promover a educação inclusiva, com o caráter não presencial. Pensar em cada particularidade dos alunos com deficiência e construir uma possibilidade de ensino que seja acessível e que dialogue com a condição socioeconômica das famílias, certamente tem sido um grande ponto de reflexão para as escolas. Todavia, é sabido que a inclusão enfrenta em condições “normais” dificuldades em diversos aspectos para se efetivar. Os obstáculos ainda vão das barreiras arquitetônicas às atitudinais nas escolas.

A demanda por rapidez e busca por estabelecer formas coerentes de se estabelecer essas relações entre alunos, professores, escola e famílias para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem vem exigindo profundas discussões, análises e reflexões, se constituindo numa necessidade constante o acompanhamento do processo. Quando consideramos o processo educacional de alunos com deficiência, há fatores adicionais a se considerar, visto que tal acompanhamento demanda observações singulares a respeito dos materiais utilizados e práticas a serem adotadas, de acordo com as especificidades de cada aluno, além da necessidade de apoio que essas famílias necessitam no tocante aos instrumentos necessários ao acesso de qualidade às aulas.

Diante desse contexto, pensamos até que ponto este público tem sido, de fato, inserido nos planejamentos e nas práticas pedagógicas dos professores? Nossa hipótese inicial é que a exclusão cotidiana, com a qual as pessoas com deficiência convivem, apenas mudou de cenário, com o advento do ensino remoto. Para verificar nossa hipótese escolhemos como campo de pesquisa famílias de alunos matriculados em redes de ensino do município de Nossa Senhora do Socorro, localizado no estado de Sergipe, considerando que o mesmo faz parte da chama “Grande Aracaju” e tem se destacado economicamente e em termos de promoção de políticas públicas inclusivas no cenário sergipano.

Para tanto, o Eixo Práticas e Inclusão Educacional do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva (NUPITA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), iniciou reflexões acerca da realidade do chamado ensino remoto que se estabeleceu subitamente na vida de alunos, professores e gestores escolares. Nossas ponderações começaram na nossa primeira reunião remota, realizada em 11 de junho de 2020, às 19h, através do aplicativo *Skype*. Na oportunidade, as participantes trouxeram relatos de experiências com o ensino que se estabeleceu no pós-pandemia, falando sobre o acompanhamento de filhos - enquanto mães - e alunos - enquanto professoras.

A partir desses relatos, começamos a perceber que algumas temáticas se repetiam, como por exemplo: abismos sociais mais evidentes, questão social, intensificação das vulnerabilidades sociais, ausência de planejamento dos sistemas de ensino, contexto de muitas incertezas para as famílias e estabelecimento da educação à distância como meio possível de efetivação dos processos de ensino. Ao longo da reunião, percebemos que tínhamos em mãos possíveis objetos de pesquisa, que poderiam, não apenas refletir sobre o momento atual, mas, sobretudo, pensar em possibilidades de políticas públicas para a educação e estruturação dos sistemas de ensino, no tocante ao enfrentamento da crise sanitária provocada pelo avanço do novo coronavírus.

A segunda reunião remota do eixo ocorreu dia 19 de junho de 2020, também às 19h, pelo *Skype*, começamos a nos organizar em grupos de trabalho (GT's), de acordo com a temática de interesse de cada membro. À princípio nos dividimos em dois GT's, 1 - Educação à distância física e social: relatos de docentes em meio à pandemia do COVID-19 e 2 - "Nada será como antes": relatos de práticas educacionais de mães inseridas nas tentativas de educação *on-line* no contexto pandêmico. Na terceira reunião realizada pelo aplicativo *Skype* no dia 26 de junho de 2020, às 18h, traçamos nosso plano de trabalho, com o objetivo de organizar 6 artigos que seriam fruto da nossa construção coletiva de reflexões e do trabalho de pesquisa de 12 participantes do Eixo Práticas e Inclusão Educacional/NUPITA/UFS.

Este artigo é parte integrante do bloco do grupo de trabalho 2 – "Nada será como antes": relatos de práticas educacionais de mães inseridas nas temáticas de educação *on-line* no contexto pandêmico. Nele buscamos manter o foco nos desafios enfrentados pelas famílias de alunos com deficiência em idade escolar e que estão, de alguma forma, estudando remotamente. Após este percurso, seguimos rumo ao estabelecimento dos procedimentos metodológicos necessários para a verificação da nossa hipótese inicial, com a elaboração de um formulário, através da ferramenta Formulários, na plataforma *Google for Education*, objetivando colher dados de forma segura, neste momento de distanciamento social.

O próximo passo foi traçar nossos objetivos. Assim, definimos o seguinte caminho:

Objetivo geral: Analisar a realidade de alunos com deficiência, inseridos na modalidade de ensino remoto, em meio à pandemia do Covid-19.

Objetivos específicos:

- 1 – Conhecer as práticas pedagógicas realizadas junto a alunos com deficiência, no contexto pandêmico.
- 2 – Verificar as estratégias metodológicas utilizadas no ensino de alunos com deficiência na modalidade não presencial, que se estabeleceu com a chegada da pandemia do coronavírus no município de Nossa Senhora do Socorro/SE.
- 3 – Elencar as principais dificuldades relatadas pelas famílias pesquisadas, no acompanhamento dos seus filhos com singularidades, no contexto do ensino remoto que se impôs devido ao covid-19.

Seguindo tais perspectivas, apresentaremos então nossa fundamentação teórica relacionada ao processo da educação à distância, inclusão e práticas pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas durante o estabelecimento do contexto pandêmico, buscando entrelaçá-las às análises dos dados coletados através do questionário aplicado às famílias de pessoas com deficiência matriculados na escola, em Nossa Senhora do Socorro-SE, com o objetivo de compreender as questões referentes aos fatores que permeiam a realidade do processo educacional desses alunos e os desafios enfrentados por suas famílias nesse atual contexto. Seguindo-se a essa proposta, traremos nossas conclusões, a partir dos dados coletados e analisados.

Atravessamos atualmente um momento bastante delicado e complexo, que demanda de todos nós muita atenção, paciência, bom senso e disponibilidade para os enfrentamentos que compõem o pacote extra de desafios emergentes, os quais o contexto da pandemia de COVID-19 nos demonstra mais visíveis que nunca. Especialmente no campo educacional, a necessidade da utilização de ferramentas pedagógicas síncronas e assíncronas, no desenvolvimento das ações pedagógicas juntos aos alunos, em consonância com a urgência das formações pedagógicas – através de *lives*, reuniões *on-line*, *webnários*, entre outros – colocou professores e alunos em outro patamar de ensino, aprendizagem e possibilidades de interação.

Assim, a proposta do ensino remoto aproximou-se da única alternativa acessível momentaneamente, promovendo a necessidade de adequação por parte dos sujeitos que constroem e reconstróem o lugar institucional escolar, aos novos modelos de conviver, interagir, fazer, intermediar, acompanhar e avaliar todo o processo de ensino e aprendizagem.

Buscando compreender melhor a proposta torna-se importante caminharmos um pouco sobre alguns tópicos referentes a educação remota, partindo-se da portaria nº 343 publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2020, que dispõe a respeito da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do COVID - 19 (BRASIL, 2020), que marcou o início da busca por ajustes necessários, por parte dos professores, alunos, famílias e instituições.

Algumas das muitas problemáticas relacionadas ao nosso sistema educacional estão sendo intensamente visibilizadas agora durante o contexto pandêmico. A modalidade de Ensino à Distância, antes restrita ao ensino superior, tornou-se uma “luz”, como modalidade educacional viável a todos os níveis de ensino, em caráter de urgência, durante a crise sanitária da COVID-19. A concepção de EaD, que reflete os referenciais teóricos internacionais, é exposta na legislação que trata do assunto no Brasil. De acordo com o parágrafo 1º do Decreto nº 9057/2017:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Constituindo-se em uma modalidade de ensino que vem se tornando cada vez mais comum, a Educação a Distância (EaD) se apresenta como uma forma de ensino e aprendizagem mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) permitindo que professores e estudantes estejam em ambientes físicos diferentes, caracterizando-se assim na separação no espaço, separação no tempo e planejamento específico. Todavia, ressaltamos que o conjunto de práticas que vêm sendo realizadas pelos sistemas de ensino, neste momento sem precedentes, não se trata propriamente de Educação à Distância, considerando que esta possui metodologia própria. Os professores estão buscando estabelecer práticas pedagógicas de ensino remoto, respeitando as singularidades dos

alunos, bem como a questão social na qual os mesmos estão inseridos.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas podem ser síncronas, quando professores e estudantes necessitam estar conectados ao mesmo tempo - por meio de plataformas virtuais, *chats* e videoconferências - ou assíncronas - quando professores e estudantes estão separados no tempo - Assim as aulas e as atividades podem ser assistidas e realizadas no tempo disponível e conveniente ao aluno.

Sousa e Ramalho (2012) destacam os inúmeros desafios da formação de gestores em serviço e com a utilização de metodologias que incluam a EAD, não só para os cursistas, mas para toda a equipe técnica, pedagógica, as instituições e os executores desses projetos, considerando os vários fatores que devem ser analisados para que os alunos à distância possam ter um atendimento adequado e um aprendizado eficiente.

Colaborando com a compreensão sobre essa modalidade de ensino, Bebbber (2009) assinala que o processo exige um novo tipo de professor e de aluno, mais flexível e interessado. Um profissional que não apenas conheça a tecnologia, como também seja capaz de transformar o espaço escolar, modificar e inovar o processo de ensino e aprendizagem, bem como um estudante que não esteja apenas interessado em comodidade, mas que seja engajado no aperfeiçoamento individual e coletivo.

Tais características denotam uma modalidade de ensino que apresenta especificidades em relação a seu desenvolvimento, frutos de muito tempo de estudos, pesquisas e experiências para o desenvolvimento de métodos próprios relativos à metodologias, sistematizações, práticas, acompanhamento e avaliação, nos fazendo perceber que, muito pouco ou nada se assemelha ao arranjo de emergência que está sendo desenvolvido com muita ligeireza, na tentativa de sanar a ausência do espaço escolar como meio de interações e construções de aprendizados.

Outra problemática consiste na exclusão digital visibilizada proeminentemente com a emergência da implantação do ensino remoto por conta do isolamento social causado pela pandemia de COVID-19, característica infelizmente bastante evidente em um país de vasta extensão geográfica e alicerçado em enormes abismos sociais, os quais podemos perceber analisando dados expostos na Pesquisa Nacional por amostra de domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) de 2018, divulgada em 29 de abril desse ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual demonstra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet.

Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a internet. Tal inacessibilidade emerge aspectos relacionados às precariedades a que milhares de brasileiros desassistidos enfrentam, revelando-se como entrave a implantação do ensino remoto como alternativa viável capaz de atender os preceitos de equidade e justiça e desenvolvimento de um processo educacional digno a todos.

Junto a essas observações sobre as condições estruturais estão as relacionadas as condições de trabalho docente, a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, ao cuidado e pertinência sobre os temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes, o resgate das responsabilidades do aluno sobre o seu processo de aprendizagem, o envolvimento das famílias no processo de formação das crianças e jovens, isso tudo em um contexto de isolamento, onde pais precisam se organizar diante de suas demandas de trabalho em casa ou saindo pra trabalhar diante de risco de contaminação e a tomada de todas as medidas para evitá-la, dentro e fora de casa, em uma esfera de profunda insegurança, angústia, perdas, ausências e limitações.

Diante disso percebe-se a dimensão do problema perante a implantação de uma modalidade de ensino de forma despreparada e não planejada, sem que os professores recebessem formação adequada para desenvolver metodologias específicas da EaD para dar continuidade a atividades letivas, sem que grande parte dos docentes e familiares dos alunos estivessem preparados em relação

ao ambiente e ferramentas tecnológicas adequados e necessários para atender às demandas do processo. Os efeitos infelizmente estão sendo percebidos na fragilidade da tentativa de continuidade do processo de aprendizagem dos alunos, que na verdade está demonstrando disparidades perversas, onde muitos estão tendo que desistir do processo por não apresentar condições de acompanhar, o que não lhe é permitido por ausência de recursos, sendo a mesma situação analogamente observada no prejuízo do desenvolvimento laboral de muitos professores.

Nesse cenário alicerçado pela necessidade de criteriosa observação, discussão e análise para tomada de medidas de enfrentamento às problemáticas relativas a inúmeros aspectos, torna-se imprescindível o olhar específico ao acompanhamento do processo educacional das pessoas com deficiência, matriculadas nas instituições de ensino.

Ao tratarmos a questão da inclusão, evidencia-se a necessidade de rompermos com velhos estigmas profundamente enraizados na sociedade, que permeiam a construção de padrões normativos. Essas ideias pautadas em expectativas relacionadas a homogeneidade, moldaram fortemente as dificuldades que ainda encontramos diante do processo de inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar.

Mantoan (2003) compreende a instituição escolar como um ambiente perpassado pelo formalismo da racionalidade, tecendo segregações como, modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares e burocracias. Havendo portanto, para a autora, a necessidade de uma reorganização na base estrutural organizacional, como caminho para que a escola possa fluir, novamente, contribuindo significativamente ao processo de aprendizagem para todos que dela participam, implicando assim em mudança do atual paradigma educacional, saindo de um lugar que fomenta a competição, a individualidade e o conteudismo, para um ambiente que acolhe a diversidade, a aceitação e reconhecimento das diferenças, um lugar de identificação das potencialidades e equânime em suas propostas e práticas.

Entre os muitos desafios que vieram à tona, junto ao contexto pandêmico, emergiram nossas dificuldades diante do processo inclusivo, visto a complexidade em lidar com a implementação de uma significativa aceitação das diferenças. Mais do que nunca, a pauta da inclusão se torna essencial e urgente, sendo fundamental conhecer as formas pelas quais as pessoas com deficiência e suas famílias estão sendo assistidas, isso se for o caso de estarem recebendo assistência, bem como quais são seus principais desafios, diante do ensino remoto, e todas as complexidades que surgem dessa novidade que, de súbito, tornou-se a única alternativa de viabilizar, de alguma forma, o processo de ensino e aprendizagem, na atual conjuntura que vivenciamos.

A inclusão das pessoas com deficiência no contexto pandêmico, através do ensino remoto, constitui-se em uma questão que demanda uma reconfiguração das formas de pensar e pôr em prática fazeres pedagógicos, alinhando-os à observação quanto a flexibilidade do uso das tecnologias, na busca por compreender as singularidades dos alunos. Neste repensar, as instituições de ensino têm a oportunidade de aprimorar suas concepções sobre uma aprendizagem que contemple a todos, utilizando-se de vários recursos tecnológicos, de apoio complementar e das diferentes possibilidades de ensino.

Para tanto, os profissionais envolvidos na aprendizagem dos alunos com deficiência precisam estar atentos ao desenvolvimento de vínculos afetivos, além de suas demais atribuições, já que o comportamento das pessoas vem passando por mudanças devido ao COVID-19 - em decorrência da mudança brusca de rotinas, ausência de terapias e consultas médicas, alteração no sono, aumento de processos de ansiedade e estresse, entre outras questões, sobre as quais os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das classes regulares devem destacar constante atenção.

Abreu (2020) observa que os desafios a transpor, para que alcancemos uma qualidade educacional nesse processo, bem como para atender às demandas dos estudantes com necessidades educacionais

específicas, ainda são enormes. A autora escreve sobre a necessidade do apoio pedagógico e a parceria da família para acessar e realizar as atividades educativas propostas pelos professores, sendo que, considerando-se o contexto pandêmico, tais dificuldades tornam-se maiores, por conta do acesso reduzido, ou pela suspensão dos atendimentos referentes aos tratamentos de saúde e acompanhamentos especializados, situação essa que acarreta em prejuízos, alterando o aproveitamento educacional.

Essas transformações trouxeram mudanças para toda sociedade, sendo necessário o distanciamento social em benefício à saúde pública. Muito tem se falado no ensino remoto, nesse momento de pandemia, que remete se relacionar com as inovações tecnológicas. Porém, sob quais condições as famílias das pessoas com deficiência, que estão nesse momento tentando lidar com seus filhos sem atendimento educacional especializado, sem aulas remotas, lidam com essa realidade? Quais são as estratégias utilizadas no ensino não presencial no município da pesquisa? Essas são apenas algumas questões que nortearam a construção desta pesquisa.

Segundo a Nota Técnica (2020), o retorno às aulas no contexto da pandemia de COVID-19 deverá causar, “[...] além do impacto emocional direto do período de quarentena, o momento atual deverá trazer, também, traumas de outras naturezas, como aquelas vindos das crises econômica e de saúde pública que estão em curso”. (BRASIL, 2020)

É importante ressaltar que, assim como há uma via dupla, no processo de construção de ensino e aprendizagem, entre professores e alunos, também precisamos considerar o efeito que a pandemia do COVID-19 tem causado nos docentes, que mais do que nunca necessitam de um apoio mais amplo da família na mediação e no acompanhamento dos estudos dos alunos em casa, que configura um novo espaço e tempo de ensino formal. Segundo a Nota Técnica, 2020:

O fato de o envolvimento da família na Educação ter impactos positivos na aprendizagem dos estudantes já está amplamente documentado em estudos e é um consenso na comunidade educacional. Entretanto, as pesquisas de opinião mostram que os professores brasileiros não se sentem apoiados no processo educativo pelas famílias e que a participação dos responsáveis na vida escolar dos estudantes ainda é muito fraca. (BRASIL, 2020, p. 18)

A matrícula dos alunos com algum tipo de deficiência nas instituições escolares desencadeia inúmeros desafios e novas expectativas no ensino aprendizagem. As dificuldades deflagradas a partir do advento da crise sanitária mundial vêm causando impactos reveladores da fragilidade de todos os seres humanos, sendo que, considerando-se o sistema educacional, tais impactos trazem consequências que afetam a vida de muitas pessoas. Através desta pesquisa, podemos observar a mistura de sentimentos que revelam questionamentos, angústias, sentimento de abandono, conflitos emocionais e existenciais, esperanças e a constante determinação de muitas famílias em transpor as barreiras para garantir acesso e qualidade no processo de aprendizagem dos seus filhos. Não é raro perceber algumas dessas vulnerabilidades por parte das famílias ao lidar com seus filhos em casa, sem acompanhamento necessário das escolas, visto que as famílias vivenciam um desgaste emocional muito grande.

Buscando adentrar neste cenário, elaboramos um questionário, através da ferramenta Formulários do *Google*, com 16 perguntas, direcionado às famílias de alunos com deficiência do município de Nossa Senhora do Socorro/SE. O mesmo ficou disponível para ser respondido de 28 a 31 de julho de 2020, sendo que o quantitativo de questionários respondidos e reenviados totalizaram 12.

Na primeira pergunta constava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no qual informávamos o objetivo da pesquisa, bem como a garantia da privacidade dos dados. Após responder sim, o participante era direcionado para a próxima questão: Identidade de gênero – 91,7%

do público que respondeu se autodeclarou como mulher cisgênero e apenas 8,3% homem cisgênero, demonstrando a presença marcante da mulher cuidadora, em geral mãe ou avó, como responsável pelo acompanhamento escolar dos filhos.

Na terceira questão foi perguntado em qual faixa etária estava a pessoa que estava respondendo - 8,3% entre 18-28 anos, 16,7% 29-39 anos e 75% 40-50 anos, sendo esta última faixa a da grande maioria dos pesquisados. Na quarta questão, perguntamos o município de residência, obtivemos 100% das respostas como residentes de Nossa Senhora do Socorro/SE. Na quinta, solicitamos a autodeclaração de etnia - 50% se identificaram como branca, 41,7% negra, 8,3% parda. Todos responderam possuir filhos em idade escolar, na sexta questão. Na sétima foi perguntado sobre a rede de ensino que seu filho estuda - 50% responderam que estudam na rede pública municipal, 16,7% na rede pública estadual e 8,3% na rede privada. Neste quesito, observamos a prevalência de respostas de familiares de alunos da rede pública de ensino, como 66,7%, ao todo.

Através das informações obtidas, podemos destacar que 91,7% dos entrevistados tem filhos com algum tipo de deficiência, distúrbio ou transtorno e 8,3% não identificaram nenhuma dessas condições. As deficiências informadas na nona questão são diversas, sendo observável que 33,3% apresenta epilepsia, 25% estão dentro do Transtorno do Espectro Autista, 16,7% têm Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, 8,3% são desatentos, 8,3% não identificou nenhum tipo. Portanto, a grande maioria possui um filho ou familiar com uma especificidade, relatada através de um diagnóstico.

Na décima questão, perguntamos se o seu filho tem assistido aulas remotas durante a pandemia - 50% dos filhos têm assistido aulas remotas e 50% estão sem assistir. Esse dado é extremamente preocupante, especialmente quando consideramos que 66,7 dos alunos pesquisados são estudantes de escolas públicas, fato que pode estar relacionado às questões de exclusão social e digital. Na décima primeira, quando foi perguntado quais ferramentas pedagógicas a escola do seu filho está utilizando durante a pandemia é observável a variedade de possibilidades, 8,3% desenvolve atividades na folha, livro didático, *Google meet*, aulas gravadas, canal do *YouTube*, módulos impressos, aulas ao vivo e 56,3% outros canais de comunicação. *Zoom*, *Facebook*, *Instagram*. Este dado é interessante para observar que os professores estão lançando mão de diversas possibilidades para promover o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, apesar das dificuldades encontradas ao longo do caminho e da ausência de direcionamento de políticas públicas educacionais para este momento de pandemia, por parte do governo federal.

Entretanto, no tocante às questões das deficiências, os pais dos alunos matriculados na rede pública e privada destacam que 33% das escolas têm respeitado as especificidades dos seus filhos, na elaboração das atividades escolares durante a pandemia, através do uso de tecnologias assistivas, 33% não respeitam e 33% em parte. Enquanto que apenas 50% das escolas têm oferecido apoio pedagógico para as famílias, já que 47% dos alunos não estão recebendo nenhum apoio e 8,3%, apenas em parte. Esses dados demonstram as contradições existentes no processo educacional, as quais apenas ficaram realçadas nesse momento pandêmico.

Na décima quarta questão, perguntamos aos entrevistados sobre a avaliação do desempenho dos seus filhos durante a pandemia - 41% concordam que é regular, 25% compreende que é bom, 25% péssimo e 8,3% ótimo. Portanto, apenas 33,3% dos entrevistados reconhecem o desempenho escolar dos seus filhos como ótimo ou bom neste momento.

As experiências dos entrevistados nos trazem uma riqueza de informações e demonstram um retrato da atualidade escolar durante a pandemia. Seus depoimentos nos permitem vislumbrar por reconstruções do que já vivenciamos, além de lançar novas possibilidades. Para tanto, é importante conhecer as vivências de alguns entrevistados, que estão retratadas nas duas últimas questões propostas no documento, sobre os quais a seguir descreveremos: “A escola não dá nenhum apoio pedagógico, mesmo sabendo das deficiências, eu por conta própria e com ajuda da professora do

AEE, que me orienta, que faz jogos adaptados para eu trabalhar em casa, para não prejudicar ainda mais o aprendizado delas. “A escola está longe de ter uma educação inclusiva para nossas crianças com deficiência, com a pandemia pude ver e viver essa insuficiência da inclusão na pele, sem aula, sem apoio pedagógico...está difícil!” “Me sinto abandonada, com dois adolescentes, um com distúrbio da epilepsia e a outra normal”. “Conversamos muito com a professora”. “As aulas pelo zap têm sido muito proveitosas”, “Ela gosta muito do contato com a professora”. “Minha filha não está tendo nenhum suporte pedagógico durante a pandemia!” “Ao contrário eu estou exercendo em casa o papel que era para ser da instituição escolar que ela frequenta, para que ela não fique sem atividade alguma durante esse período”, “Infelizmente eles não estão tendo atividades, nem aulas online”. “Apenas estou trabalhando com eles o material dado pela professora de sala de recursos”, “Nunca passamos por isso mas, tá sendo boa”(em relação às aulas remotas). “Minha filha não consegue ficar todo período da aula concentrada”, “Não tem nenhum acompanhamento”.

Encontramos uma variedade de vivências, sendo que a maioria dos registros levanta questionamentos a respeito da ausência de atuação das escolas no tocante as especificidades dos alunos. Sempre que emerge dos relatos a necessidade da presença do apoio pedagógico, infelizmente parece ser restrito à figura da professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado), quando na verdade assentimos que estes alunos não são apenas responsabilidade da professora da sala de recursos multifuncionais, mas, sim de toda a escola.

Por fim, na décima sexta questão, solicitamos sugestões para as escolas dos seus filhos e diante dessa solicitação recolhemos as seguintes sugestões: “Que a inclusão não ficasse no papel, o dever é estar na escola, mas cadê os direitos?”, “Ter mais atenção com as crianças que tem necessidades especiais”, “Ter mais atenção e cuidado com os alunos”, “Recursos”, “Vamos respeitar esse momento”, “Continue com essa atenção”, “Melhorar o ensino e a adaptação escolar conforme a deficiência de cada um”, “Inclusão social e suporte técnico para todos”, “Que ao menos passassem atividades”. “Pelo menos uma vez por semana uma vídeo-aula”, “Nada, os professores são ótimos, bem atenciosos”, “Reduza o tempo da aula e faça mais dinâmica”.

Portanto, tratando-se de alunos com deficiência, distúrbios ou transtornos é crucial o fortalecimento nas relações, pois os mesmos não se sentem articulados no novo processo de ensino. Com base nas respostas, sobre o momento atual, acredita-se que a coleta de dados dos familiares venha subsidiar as escolas e estreitar vínculos e refazer práticas pedagógicas, para além da pandemia.

Nas falas observadas, foram percebidos aspectos importantes para reflexão de professores e gestores, pois revelam o poder de ressignificação que cada entrevistado apresenta, perante suas vivências em ensinar seus filhos e ajudar as escolas a pensar em novas possibilidades. É importante ressaltar a necessidade dos profissionais da educação adentrarem nesse novo cenário de forma colaborativa, onde as famílias fortalecem suas ideias e vivenciam a importância das escolas no cotidiano dos seus filhos. Bem como é essencial reforçar a necessidade de redução das desigualdades sociais no Brasil, pois que, neste momento, nossos abismos sociais estão mais gritantes que nunca.

Ressaltamos ainda, a necessidade de atenção às demandas dos docentes, diante dessa crise sanitária a qual todos estamos vivenciando. Com a leveza e eficiência exigidas para que seja possível colocar em prática a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem, visualizamos também a sobrecarga sobre o trabalho docente, que busca se adequar às novas formas de fazer, construir e acompanhar aprendizagens. Evidencia-se essencial um olhar atento e cuidadoso para as condições de trabalho dos docentes nesse contexto, visto que, acumula-se, para esses profissionais, suas atividades laborais e as demandas domésticas com todos os desdobramentos sobre tal situação.

Revela-se essencial o desenvolvimento de pesquisas que contemplem esse tema, para que possam fundamentar práticas que referendam formas de apoio, como formações aos professores para conhecimento das ferramentas e possibilidades digitais, além de suporte necessário para o desenvolvimento das aulas, que em muitos casos, ficam sob a responsabilidade exclusiva do

profissional. Para abraçar a diversidade e um fazer pedagógico significativo é necessário também uma estrutura de trabalho que ofereça suporte ao professor, compreendendo-se que as mudanças atitudinais configuram-se em fio condutor em todas as instâncias da comunidade escolar, tanto nesse contexto pandêmico atual, como em qualquer época e lugar.

A vivência das famílias dos alunos com deficiência é um fenômeno marcado por angústias, anseios em oferecer para seus filhos melhores condições de aprendizagem, resultando para muitos no fortalecimento da resiliência. Algumas dessas histórias retratam a capacidade dessas famílias de se adaptarem ao novo cenário em que estamos inseridos. Dispostas a ressaltar que seus filhos, independente das suas condições, são alunos das escolas públicas e privadas e como tal, são sujeitos de direitos e deveres.

Elas compartilharam relatos de vida, experiências que denotaram muitas características em comum entre essas famílias. Vozes que, sem dúvida, precisam sair do lugar de silêncio a que, por muito tempo, estiveram sujeitadas, para legitimarem seu direito. Seu direito de existir e de estar, seus lugares de questionar, de se constituírem como sujeitos participantes e de modificarem essa realidade de exclusão, de familiares daquelas pessoas por muito tempo consideradas insuficientes, sem potencialidades, dignas de caridade. A pessoa com deficiência é capaz e tem direito à educação de qualidade. Legitimemos essa premissa em toda a sociedade.

ABREU, Bianca de Macedo. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. IN: **Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 155-165, 2020.

BEBBER, Cristiano Alberto. **Educação a distância**: uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Erechim, 2009. Disponível em: . Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: . Acesso em: 02 ago. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? Summus Editorial, 2015.

PELA EDUCAÇÃO, Todos. **Nota técnica**: retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19. 2020.

RAMAL, Andrea. **Ensino remoto não é educação à distância**. O Globo. Disponível em: [ia-diz-especialista-em-educacao-1-24501996%3fversao=amp>](#) Acesso em 15 de julho de 2020.

SERGIPE, Governo do estado. **DECRETO Nº 40.560 DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em: [Acesso em 10 de julho de 2020.](#)

SOUSA, A. da S. Q.; RAMALHO, B.L. Políticas de Formação de Professores no Brasil e a modalidade à distância: pontos para reflexão, IN **Revista Exitus** UFOPA Belém, PA: Editora: Destaque-se, ano 2, 2012.

TOKARNIA, M. **Um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet**. Disponível em: [o-tem-acesso-internet>](#). Acesso em 05 de julho de 2020.

*Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva/NÚPITA/UFS. E-mail: debsilvabac@gmail.com.

**Professora da sala de recursos multifuncionais, na rede pública de ensino de Aracaju, e leciona Artes, na rede pública de ensino de Sergipe. Possui graduação em Pedagogia Licenciatura, pela UFS, é Mestre em Educação, também pela UFS, e Psicopedagoga Clínica e Institucional, pela UNIT. Atualmente vem se dedicando à pesquisa sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA) e inclusão. Membro do NÚPITA/UFS. E-mail: perolinasouza@hotmail.com.

***Graduada em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo. Especialista em Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica e pós-graduanda em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual. Professora da Sala de Recursos, na rede pública de Nossa Senhora do Socorro/SE. Membro do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva/NÚPITA/UFS. E-mail: jac_montalvao@yahoo.com.br.